

A dificuldade de ser moderno

Sérgio Henrique Hudson de Abranches *

O Brasil é o país do futuro, diz a música. E será sempre só isto, se não tomar jeito. Não dá mais para ficar apostando no futuro, que parece cada vez mais remoto. Às portas do século XXI, ou bem o futuro chegou, ou não chegará mais. Daí, creio, a razão para tanta aflição com relação à idéia de modernidade.

Vivemos esperando que, quando o futuro chegar, então também seremos modernos. Mas enquanto isso não acontece, estamos sempre um passo atrás da modernidade dos outros. Como os passos tecnológicos se ampliam, cada vez mais, ficamos mais distantes e não mais pertos da tal modernidade. Ou, por outra, modernos até podemos ser, não somos é contemporâneos daqueles que estão à nossa frente. Entre eles, pode haver diferenças de grau, mas são todos contemporâneos, estão no mesmo plano de progresso.

É crescente a distância que nos separa daqueles que estão na vanguarda do processo civilizatório. Entre os que a vêem, varia o país de referência, mas não o reconhecimento de nosso atraso relativo. Para uns, o modelo está nos Estados Unidos. Para outros, mais "tecnológicos", no Japão. Para outros, ainda, na Escandinávia. Essa diversidade de modelos não é gratuita. Ela reflete escolhas diferentes sobre os caminhos a seguir. Não há, nem existe probabilidade de que venha a se formar consenso sobre o que é ser moderno. O campo para divergências é maior do que para convergências.

Maior confusão, ainda, é que todos têm uma parte da razão. Darcy Ribeiro declarou a este **JB** que ser moderno é todo mundo comer, todas as crianças terem escolas, universalizar o acesso às condições básicas de bem-estar. Ninguém pode discordar.

É, também, verdade que ser moderno é não ser cartorial, nem adotar práticas corporativas cristalizadoras de privilégios setoriais, funcionais ou ocupacionais. É ter um Estado que regula a vida econômica, de modo a minimizar os custos sociais das falhas do mecanismo de mercado. Não pode ser moderno o Estado colaborar ativamente para a concentração da renda, romper o contrato social, deixando de prover bens públicos elementares, como saúde pública, educação básica e segurança. Como não o é, quando o Estado mantém sob seu controle, mesmo à custa de recursos fiscais, da expansão do orçamento monetário e da dívida pública, empresas que eram privadas e não pagaram seus débitos junto a bancos públicos. Ou, ainda, empresas que há muito atingiram maturidade suficiente para sobreviver e se expandir, em melhores condições, no setor privado.

Nesse país, o que virou estatal nunca deixa de sê-lo, mesmo quando as circunstâncias mudam e são outras as áreas a exigirem a presença do Estado.

Há várias oposições, ainda presentes na discussão sobre a modernidade, que estão totalmente superadas. Defender a reforma do Estado, que herdamos do nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e do autoritarismo burocrático-militar dos 60 e 70, não significa ser contrário a uma política progressista, que leve à redução das desigualdades e à desconcentração da renda. Esse modelo — cartorial, estatista e corporativo — tornou-se concentrador de renda, excluiu as maiorias dos benefícios do progresso. Quanto mais se quis aprofundar a substituição de importações, mais privilégio se concedeu, mais se fechou a economia brasileira, mais desigualdade se produziu. Há setores críticos para o progresso nacional, totalmente fechados ao exterior, para beneficiar um minúsculo grupo de empresários, de se contar nos dedos das mãos. Hoje, o retorno social desse protecionismo é ínfimo e o seu custo, enorme. Admitir a necessidade de substituir esse padrão de intervenção do Estado não é ser liberal, neoliberal ou pós-liberal. É ter senso.

Outra falsa polaridade separa a modernização econômica do progresso social. Tem duas versões, uma de esquerda, outra de direita. À direita, ainda há aqueles que acreditam na teoria gastronômica da era Médici, de que é preciso esperar o bolo crescer, para depois distribuí-lo. O problema é que as minorias privilegiadas se beneficiaram muito da fase de acumulação — enquanto o bolo crescia — e não deixaram fatias a distribuir depois. Como o mundo está cheio de glutões, comeram tudo antes. Chegamos ao final dos 80 sem bolo e superendividados. Mas não é menos falsa a idéia, à esquerda, de que é preciso primeiro distribuir, pagar as contas passadas e, depois, cuidar da acumulação e da modernização econômica. Esse caminho leva, inexoravelmente, à estagnação econômica e tecnológica. Nas circunstâncias do mundo atual, isso ocorreria não em quatro décadas, mas em uma só.

A terceira noção superada diz respeito às relações da economia nacional com o mercado internacional. É

evidente que, se as empresas estrangeiras que se instalarem no Brasil tiverem acesso a benefícios cartoriais, produzirão carroças aqui e supersônicos lá fora. Está aí nossa indústria automobilística, que de nacional só tem a qualidade do produto, para demonstrar a tese. A abertura, portanto, para trazer os benefícios que se deseja pressupõe o fim das vantagens cartoriais e da "burocracia providencial", que cria barreiras institucionais à atividade econômica, para transformar sua remoção em incentivo, na melhor das hipóteses. A internacionalização da economia mundial é irreversível. Em pouco tempo, ela se completará com a inclusão do Leste Europeu e da própria União Soviética. Quem ficar de fora dança.

Abriu a economia à concorrência internacional é indispensável. Imaginar que isto destruirá nossa indústria é um duplo equívoco. De um lado, porque a reserva de mercado e os favores estatais já deveriam ter dado os resultados esperados. As empresas brasileiras, em qualquer setor, tiveram tempo e condições para crescer e amadurecer. Chegou a hora de se estabelecerem por conta própria e assumir os riscos inerentes à atividade empresarial. De outro lado, porque nossa estrutura industrial é muito mais sólida e diversificada do que a chilena, por exemplo. Além disso, no médio prazo, as dimensões do mercado brasileiro garantem, economicamente, um novo ciclo de investimentos. As empresas que exportarem para o Brasil com sucesso tenderão a produzir seus bens aqui, no futuro, se houver condições mínimas de estabilidade da moeda e das regras do jogo econômico. Estabilidade de regras não significa, necessariamente, um estado liberal. Basta que as condições de intervenção sejam conhecidas, razoáveis e respeitadas pelos governantes.

Só é possível eliminar o estoque de miséria e evitar a formação de novos contingentes de despossuídos gerando-se mais riqueza e cuidando para que ela seja mais bem distribuída. A geração de riqueza, em uma economia capitalista, supõe condições adequadas de acumulação. A empresa moderna não vive da pobreza, vive da afluência geral. Ela precisa de consumidores saudáveis, educados, informados. Mas só o Estado, rigorosamente atento às suas obrigações intrínsecas, pode garantir melhor distribuição de renda e riqueza. Para tanto, é indispensável uma política fiscal e de gasto público no sentido correto e com o grau indispensável de austeridade e seletividade.

A dificuldade de encontrar o equilíbrio adequado entre acumulação e distribuição está no fato de que, no Brasil, tudo se entrelaça de modo muito complexo e em um ambiente de extrema heterogeneidade. É difícil manter até as idéias em equilíbrio, quanto mais processos de mudança. Uma frase, já antiga, mas muito moderna, sintetiza, com perfeição, a circunstância histórica brasileira: nela se verifica a contemporaneidade do não-coetâneo. Complicado, não? Mas é isso mesmo. Não recorro quem é o verdadeiro autor dessa admirável descrição, o José Murilo de Carvalho sabe. O Brasil é assim: morre-se do *stress* da modernidade e das diarreias do subdesenvolvimento.

O Estado é capaz de patrocinar o lançamento de um satélite de telecomunicações, mas não consegue extensão adequada de saneamento básico para a população. Tem um lado moderno, capitaneado pela Vale do Rio Doce, Petrobrás e Embratel, e um lado superatrasado, no qual se exerce a microfisiologia do poder oligárquico.

Um país que quer avançar — e consegue — na química fina e na biotecnologia e ainda assiste à expansão de sua fronteira agrícola e aos últimos estágios de assalariamento da força de trabalho no campo. Há práticas quase medievais, convivendo com outras, de vanguarda. Tem empresas de ponta, mas ainda não tem mercado que se preze. Fizemos, como disse Edmar Bacha, uma Bélgica, mas não acabamos com a nossa Etiópia.

Defender a reforma do Estado é tão moderno quanto querer que todos os brasileiros tenham o que comer. Nada mais ultrapassado do que a dengue e o fechamento de nossa economia.

O risco que estamos correndo é o de, por falta de entendimento, assistirmos ao sucateamento da nossa Bélgica, enquanto aumenta avassaladoramente a nossa Etiópia. Só o Brasil industrial — aí incluídos a moderna agricultura e os serviços modernos — pode salvar o Brasil miserável. A modernidade dependerá de sermos capazes de chegarmos ao futuro, tendo sabido lidar, de forma minimamente equilibrada, com a necessidade de superar o muito que ainda temos de Terceiro Mundo, sem comprometer o avanço daquilo que já temos de Primeiro Mundo. É esse o dilema de quem vive a contemporaneidade do não-coetâneo.